



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

11º EXAME
DE
SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2004 -



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) A possibilidade que os Estados-membros da República Federativa do Brasil têm, em razão de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem, através de Constituições Estaduais, desde que respeitem as regras estabelecidas pela Constituição Federal, constitui forma de expressão do chamado:
 - a) Poder Constituinte Originário;
 - b) Poder Constituinte derivado reformador;
 - c) Poder Constituinte revolucionário;
 - d) Poder Constituinte derivado decorrente;
 - e) Poder Regulamentar.

- 2) Com relação ao Poder Constituinte originário, assinale a alternativa correta:
 - a) É ilimitado, absoluto e incondicionado pela ordem jurídica anterior;
 - b) É poder de direito, limitado e incondicionado;
 - c) É absoluto, poder de direito e se limita apenas pelo respeito aos direitos anteriormente adquiridos;
 - d) É poder de fato, absoluto, porém condicionado pela ordem jurídica anterior;
 - e) É poder de direito, limitado, condicionado pela ordem jurídica anterior.

- 3) Com relação às normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta:
 - a) possuem aplicação imediata;
 - b) dependem, para a sua aplicação, da edição de regulamentos autônomos;
 - c) dependem de legislação ordinária integradora e de eficácia;
 - d) necessitam de regulamentação através de lei complementar;
 - e) carecem de regulamentação através de atos administrativos.

- 4) Com relação à origem, classificam-se as Constituições em:
 - a) materiais e formais;
 - b) escritas e não-escritas;
 - c) dogmáticas e históricas;
 - d) promulgadas e outorgadas;
 - e) rígidas e flexíveis.

- 5) Podem efetuar o controle incidental de constitucionalidade das leis:
 - a) somente o Supremo Tribunal Federal;
 - b) todos os Tribunais Superiores;
 - c) todo e qualquer juiz singular, bem como os Tribunais, observada a reserva de Plenário;
 - d) somente o Tribunal de Justiça;
 - e) somente o juiz singular.

- 6) Com relação à competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, prevista no artigo 23 da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:
- a) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
 - b) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
 - c) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
 - d) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
 - e) Manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
- 7) Entre as características da lei complementar, assinale a alternativa correta:
- a) Possui sempre posição hierárquica superior ao da lei ordinária;
 - b) Pode tratar de qualquer matéria existente na Constituição, a critério do Poder Legislativo;
 - c) Poder ser alterada por lei ordinária;
 - d) somente pode tratar de matéria que a Constituição a ela reservar de modo expreso;
 - e) deve ser aprovada, sempre, por maioria simples.
- 8) São princípios da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, expressos no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil:
- a) A legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a livre concorrência.
 - b) A impessoalidade, a legalidade, a moralidade e a autonomia da vontade.
 - c) A legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
 - d) A impessoalidade, a legalidade, a moralidade, a autonomia da vontade e a eficiência.
 - e) A moralidade, a publicidade, a parafiscalidade, a legalidade e a eficiência.
- 9) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre:
- a) direito tributário, financeiro, agrário, eleitoral e urbanístico;
 - b) direito tributário, financeiro, comercial, econômico e urbanístico;
 - c) direito tributário, penitenciário, econômico, urbanístico e do trabalho;
 - d) direito tributário, financeiro, penal, econômico e urbanístico;
 - e) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- 10) Entre as limitações do poder de tributar, se encontram:
- a) Os princípios da capacidade contributiva, da legalidade, da publicidade e do concurso público;
 - b) Os princípios da capacidade contributiva, da legalidade, da anterioridade e da imunidade recíproca;
 - c) Os princípios da legalidade, da anterioridade, da eficiência, da livre concorrência e do devido processo legal;
 - d) Os princípios da legalidade, da anterioridade, da liberdade de associação, da eficiência e do devido processo legal;
 - e) Os princípios da legalidade, da imunidade recíproca, da livre concorrência e da publicidade.

- 11) Sobre o sistema orçamentário constitucional, assinale a alternativa incorreta:
- a) São instrumentos normativos do sistema orçamentário o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.
 - b) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são estabelecidos por lei de iniciativa do Poder Executivo.
 - c) O plano plurianual e as diretrizes orçamentárias são estabelecidos por lei, cabendo à Chefia do Poder Executivo dispor, mediante decreto, sobre os orçamentos anuais.
 - d) O princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, evitando, com isso, a introdução de matérias absolutamente estranhas ao direito financeiro.
 - e) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa da Chefia do Poder Executivo, admitindo-se a apresentação de emendas parlamentares, que só poderão ser aprovadas quando compatíveis com o plano plurianual.
- 12) Com relação ao princípio da separação funcional de poderes, assinale a alternativa correta:
- a) É princípio característico das monarquias absolutistas, admitindo a concentração de todas as funções do Estado nas mãos do monarca.
 - b) É o princípio segundo o qual cada uma das três funções do Estado – legislativa, jurisdicional e administrativa – é atribuída a um órgão independente, que a exercerá com exclusividade, não se admitindo o exercício de funções atípicas por parte de qualquer dos Poderes do Estado.
 - c) O princípio da separação funcional de poderes não se compatibiliza com a existência de mecanismos de controle recíproco de um poder sobre o outro.
 - d) É garantia constitucional do Estado de Direito, que visa a prevenir a concentração de poderes em um só ramo da autoridade pública.
 - e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.
- 13) Sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa incorreta:
- a) O Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, em caso de relevância e urgência, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
 - b) A Emenda Constitucional n.º 32, de 11 de setembro de 2001, estabeleceu uma série de limitações materiais à edição de medidas provisórias.
 - c) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
 - d) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar, bem como sobre matéria tributária, inclusive instituição ou majoração de tributos.
 - e) Quando o Presidente da República adota uma medida provisória, exerce, atipicamente, função legislativa.

14) Com relação ao processo legislativo, assinale a opção equivocada:

- a) O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de que as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal são de observância obrigatória pelas Constituições Estaduais, submetendo-se ao denominado princípio da simetria.
- b) Enquanto o *quorum* para aprovação das leis ordinárias é de maioria simples, o *quorum* para aprovação das leis complementares é de maioria absoluta.
- c) As resoluções são espécies normativas destinadas a veicular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo, por exemplo, a espécie normativa por meio da qual o Congresso Nacional ratifica os tratados internacionais celebrados pelo Presidente da República.
- d) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- e) O Presidente da República participa do processo de elaboração das leis mediante a apresentação de projeto de leis – destacando-se que, em alguns casos, a iniciativa é privativa –, bem como sancionando ou vetando projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional.

15) À luz das afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- II) A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados, apenas, os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- III) A Constituição de 1988 não prevê limite máximo de remuneração para os ocupantes de cargos, funções e empregos na Administração Pública direta e indireta.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das afirmativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas a afirmativa II está incorreta.
- e) As afirmativas I e II estão corretas.

16) Com relação à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar-se que:

- a) A Constituição de 1988 consagra a teoria do risco administrativo, estabelecendo a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) A responsabilidade civil objetiva do Estado prevista na Constituição de 1988 abrange apenas as pessoas jurídicas de direito público, não se aplicando às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- c) A responsabilidade civil objetiva do Estado prevista na Constituição de 1988 não se aplica às pessoas jurídicas que compõem a Administração Pública Indireta.
- d) A responsabilidade civil objetiva do Estado prevista na Constituição de 1988 se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica.
- e) Todas as afirmativas anteriores estão incorretas.

17) À luz das afirmativas abaixo relacionadas, assinale a alternativa correta:

- I) O mandado de segurança destina-se à proteção de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
 - II) Direito líquido e certo é aquele que resulta inequivocamente de um fato que independa de prova ou cuja prova já esteja pré-constituída.
 - III) A doutrina e a jurisprudência brasileiras admitem a impetração de mandado de segurança contra ato omissivo de autoridade pública.
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Apenas a afirmativa I está incorreta.
 - e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

18) Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Legislativo dos Estados é bicameral, sendo exercido por duas Casas Legislativas, uma composta por representantes do povo e a outra composta por representantes dos Municípios. Já o Poder Legislativo dos Municípios é unicameral, exercido apenas pela Câmara dos Vereadores.
- b) O Poder Legislativo Federal é bicameral, sendo exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- c) As comissões parlamentares de inquéritos têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo, por exemplo, decretar prisão, decretar a indisponibilidade de bens dos investigados e determinar a interceptação telefônica.
- d) O Poder Legislativo exerce atipicamente função jurisdicional quando o Congresso Nacional quando julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- e) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo sistema proporcional, ao passo que a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.

19) À luz das afirmativas abaixo, assinale a opção correta:

- I) A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, admitida esta última apenas para proposta de Emenda à Constituição.
 - II) A lei que alterar o processo eleitoral entra em vigor na data de sua publicação, tendo aplicação imediata.
 - III) A Constituição da República de 1988 expressamente prevê a cassação de direitos políticos nos casos de condenação criminal transitada em julgado e improbidade administrativa.
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - e) Apenas a afirmativa III está incorreta.

20) A respeito da ação popular, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente o cidadão, seja o brasileiro nato ou naturalizado, no gozo de seus direitos políticos, possui legitimação constitucional para a propositura de ação popular.
- b) A ação popular visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- c) Não se exige o esgotamento dos meios administrativos de prevenção ou repressão a atos ilegais e lesivos ao patrimônio público para a propositura de ação popular.
- d) O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência admitindo a propositura de ação popular por estrangeiros e pessoas jurídicas, apesar de tal entendimento não decorrer expressamente da Constituição.
- e) O Ministério Público não possui legitimação para a propositura de ação popular.

PROVA DE DIREITO CIVIL

21) A revogação parcial de uma lei pode também ser chamada:

- a) ab-rogação;
- b) derrogação;
- c) sub-rogação;
- d) prorrogação tácita;
- e) n.r.a.

22) Quanto à tutela dos direitos do nascituro, pode-se afirmar:

- a) o direito brasileiro não tutela os direitos do nascituro;
- b) o direito brasileiro tutela os direitos do nascituro somente a partir do nascimento com vida;
- c) o direito brasileiro tutela os direitos do nascituro desde a concepção, embora não lhe reconheça personalidade jurídica;
- d) o direito brasileiro tutela os direitos do nascituro desde a concepção, atribuindo-lhe personalidade jurídica a partir do terceiro mês de gestação;
- e) n.r.a.

23) Quanto ao instituto da comoriência, assinale a alternativa incorreta:

- a) é a presunção da simultaneidade da morte na hipótese de dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, quando não for possível averiguar qual deles faleceu primeiro;
- b) o instituto traz uma presunção *juris et de jure*, não cedendo diante de prova em contrário;
- c) o instituto traz uma presunção *juris tantum*, podendo ser desconstituída através da prova em contrário, mesmo no caso de acidente aéreo;
- d) a repercussão prática do instituto consiste na intransmissibilidade de bens entre os comorientes;
- e) pode ocorrer em naufrágios.

24) No que diz respeito à capacidade civil plena, assinale a alternativa falsa:

- a) atinge-se a capacidade civil plena aos dezoito anos;
- b) atinge-se a capacidade civil plena pelo casamento;
- c) atinge-se a capacidade civil plena pela coação de grau em curso de ensino superior;
- d) atinge-se a capacidade civil plena pela emancipação do absolutamente incapaz;
- e) atinge-se a capacidade civil plena pelo exercício de emprego público efetivo.

- 25) Sobre o instituto da incapacidade relativa, assinale a alternativa correta:
- a) o relativamente incapaz não goza de capacidade de direito;
 - b) são relativamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
 - c) o relativamente incapaz só pode alienar validamente bens de pequenos valores;
 - d) para expressar sua vontade, o relativamente incapaz precisa ser assistido por seu representante legal, sob pena de anulabilidade do ato praticado;
 - e) n.r.^a
- 26) Quanto aos direitos da personalidade, assinale a opção correta:
- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária;
 - b) são direitos absolutos, desprovidos da faculdade de disposição;
 - c) é possível a disposição do próprio corpo para após a morte, inclusive para fins econômicos;
 - d) o Código Civil tutela somente o direito ao nome, permanecendo sem proteção o pseudônimo;
 - e) os direitos da personalidade não se estendem às pessoas jurídicas.
- 27) Sobre o instituto da ausência, assinale a alternativa incorreta:
- a) consiste no desaparecimento de uma pessoa do seu domicílio, sem dar notícias do lugar onde se encontra, nem deixar procurador para administrar seus bens, acarretando dúvida a respeito de sua sobrevivência;
 - b) é uma das hipóteses de incapacidade absoluta;
 - c) desdobra-se em três fases: curadoria dos bens do ausente, sucessão provisória e sucessão definitiva;
 - d) o ausente é considerado capaz, sendo que todos os seus atos, praticados no lugar onde se encontra, são válidos;
 - e) a disponibilidade conferida por lei sobre os bens do ausente aumenta conforme diminui a probabilidade de ele ser encontrado com vida.
- 28) Sobre os bens públicos, assinale a opção incorreta:
- a) os bens públicos estão sujeitos à usucapião extraordinária;
 - b) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei;
 - c) são todos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno;
 - d) dividem-se em três classes: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais;
 - e) os bens públicos de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.
- 29) A pessoa jurídica adquire personalidade:
- a) com o início de suas atividades;
 - b) com a elaboração do contrato social;
 - c) com a inscrição dos atos constitutivos no registro competente;
 - d) no momento em que os fundadores decidem qual será o objeto da pessoa jurídica;
 - e) com o acordo de vontades dos sócios.
- 30) O ordenamento jurídico brasileiro não atribui domicílio necessário ao:
- a) incapaz;
 - b) preso;
 - c) militar;
 - d) servidor público;
 - e) idoso.

- 31) A **fraude contra credores**:
- a) em nada difere da chamada fraude à execução;
 - b) é o mesmo que coação;
 - c) tem como fundamento a responsabilidade patrimonial do devedor;
 - d) pode ser declarada de ofício pelo juiz;
 - e) é o mesmo que lesão nos contratos.
- 32) Quanto à **obrigação solidária**, é **correto afirmar** que:
- a) há indivisibilidade do objeto;
 - b) a solidariedade somente pode dizer respeito ao pólo passivo da relação obrigacional;
 - c) sempre decorre de texto legal expresso;
 - d) não está sujeita à prescrição;
 - e) a solidariedade persiste, mesmo quando há a conversão em perdas e danos.
- 33) Na **responsabilidade civil**, o **dano moral**:
- a) pode ser sofrido pela pessoa jurídica;
 - b) não é admitido no direito pátrio, à falta de previsão legal;
 - c) tem a sua indenização calculada com base nos lucros cessantes;
 - d) confunde-se com o dano material;
 - e) não se relaciona com os direitos da personalidade.
- 34) Acerca da **invalidade do negócio jurídico**, é **incorreto** dizer que:
- a) a lei não admite a conversão do negócio jurídico nulo;
 - b) a nulidade se distingue da anulabilidade;
 - c) a simulação é causa de nulidade;
 - d) o negócio anulável pode ser objeto de confirmação;
 - e) anulado o negócio, retornam as partes ao estado anterior.
- 35) Sobre o **dolo**, é **correto afirmar**:
- a) o dolo accidental gera a anulabilidade do negócio jurídico;
 - b) o dolo de terceiro não permite a anulação do negócio;
 - c) que o prejudicado não tem direito a perdas e danos;
 - d) o dolo não ocorre nos contratos gratuitos;
 - e) o dolo principal permite a anulação do ato jurídico.
- 36) Sobre o **ato jurídico**, assinale a alternativa **incorreta**:
- a) requer agente capaz;
 - b) tem sempre forma prescrita em lei;
 - c) não prescinde da licitude do objeto;
 - d) é anulável por coação;
 - e) é nulo se for preterida solenidade essencial.
- 37) Sobre a **lesão**, é **correto afirmar**:
- a) que equivale ao dolo, como vício da vontade;
 - b) que consiste na desproporção anormal das prestações das partes;
 - c) que equivale à simulação, como vício social;
 - d) que tem previsão apenas no Código de Defesa do Consumidor;
 - e) que gera a inexistência do negócio jurídico.

- 38) Sobre a **responsabilidade civil**, assinale a **alternativa correta**.
- no novo Código Civil, a responsabilidade é sempre objetiva;
 - responsabilidade aquiliana é sinônimo de responsabilidade contratual;
 - o Código Civil não trata da responsabilidade por fato de terceiro;
 - no transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por dolo ou culpa grave;
 - à luz do Novo Código civil, a responsabilidade civil do Estado depende de culpa.
- 39) Sobre o **erro**, é **correto afirmar**:
- o erro acidental gera a anulabilidade do negócio jurídico;
 - o erro inescusável gera a nulidade absoluta;
 - o erro-motivo, ou falsa causa, afeta a existência do negócio;
 - o erro permite a anulação desde que possa ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
 - o erro de fato incide sobre a norma jurídica aplicável ao ato praticado.
- 40) Sobre **prescrição e decadência**, é **correto afirmar**:
- a prescrição pode ser declarada de ofício pelo juiz;
 - a decadência atinge direitos potestativos;
 - a decadência não pode ser declarada *ex officio*;
 - a prescrição não pode ser renunciada pela parte a quem beneficie;
 - o Código Civil contém apenas hipóteses de prescrição.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

- 41) Assinale a **alternativa incorreta**:
- O processo é uma operação por meio da qual se obtém a composição da lide, com a prática de atos coordenados, tendentes ao exercício da função jurisdicional.
 - O direito processual se divide em dois grandes ramos: direito processual penal e direito processual civil.
 - O direito processual civil corresponde ao direito substancial, também chamado de material, para fins de composição dos litígios.
 - A competência para legislar sobre direito processual civil é privativa da União Federal.
 - A lei, em sentido amplo, apresenta-se como fonte formal do direito processual civil.
- 42) Theophila, pensionista de servidor público estadual falecido, ajuizou, em janeiro de 2004, ação ordinária em face do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - IPERJ, pleiteando a revisão de sua pensão previdenciária e a condenação da Autarquia Previdenciária no pagamento das parcelas atrasadas. Após a regular instrução processual, foi proferida sentença acolhendo os pedidos para condenar o IPERJ a proceder a revisão do pensionamento da Autora e pagar-lhe, a título de atrasados, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Constatou na sentença comando que determinou a imediata citação do IPERJ em execução para o cumprimento de ambas as obrigações a que foi condenado. Diante disso, indaga-se: foi violado algum princípio processual? Em caso positivo, qual?
- Não foi violado qualquer princípio processual.
 - Foram violados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
 - Foi violado o princípio da igualdade processual.
 - Foram violados os princípios da lealdade processual e do juiz natural.
 - Foram violados os princípios da inércia e do duplo grau obrigatório de jurisdição.

43) À luz das afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I) Correndo em separado ações conexas perante juizes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- II) Correndo em separado ações conexas perante juizes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que primeiro recebeu a demanda em distribuição.
- III) Observar-se-á o procedimento sumário nas causas cujo valor não exceder a 20 (vinte) salários-mínimos.
- IV) Exceto quando o Réu for a União Federal, os Estados ou o Distrito Federal ou os Municípios, serão processadas pelo rito sumário as causas, qualquer que seja o seu valor, que contenha pedido de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.

- a) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- b) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente a afirmação I está correta.
- e) Todas as afirmações estão erradas.

44) À luz das afirmações abaixo, responda qual a alternativa correta.

- I) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto e a causa de pedir.
- II) A competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes; mas estas não podem modificar a competência em razão do valor e do território.
- III) Todas as espécies de competência são passíveis de arguição via exceção.
- IV) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

- a) As afirmações I e IV estão corretas.
- b) Somente a afirmação I está correta.
- c) Somente a afirmação IV está correta.
- d) As afirmações I, II e IV estão corretas.
- e) Somente a afirmação III está correta.

45) À luz das afirmações abaixo responda qual a alternativa correta.

- I) O Procurador do Estado é órgão auxiliar da justiça, especialmente dos juízos em que o Estado for parte, como autor ou como réu.
- II) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- III) Durante as férias e nos feriados podem ser praticados atos processuais para a produção antecipada de provas.
- IV) São feriados, para efeito forense, os domingos e os dias declarados por lei.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Todas as afirmações estão erradas.
- c) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- d) Somente a afirmação IV está errada.
- e) Somente estão corretas as afirmações II, III e IV.

- 46) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, formando litisconsórcio ativo ou passivo, quando:
- Entre elas houver comunhão de direitos e de obrigações relativas ou não à lide.
 - Os direitos e as obrigações derivarem, cumulativamente, do mesmo fundamento de fato ou de direito.
 - Seus interesses forem patrocinados pelos mesmos procuradores.
 - Entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
 - Restar configurado o instituto da continência.
- 47) O magistrado proferiu sentença extinguindo o processo sem resolução do mérito por nele não encontrar as condições para o regular exercício do direito de ação. Desta forma, ausentes estavam os seguintes elementos:
- Possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para a demanda e interesse de agir.
 - Legitimidade para a demanda, agente capaz e interesse de agir.
 - Juízo competente, agente capaz e objeto lícito e possível.
 - Procuração outorgada a advogado regularmente inscrito na OAB, o comprovante do recolhimento das custas e cópias dos documentos indispensáveis à propositura da ação.
 - Capacidade postulatória, citação válida e legitimidade para a demanda.
- 48) O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição da República de 1988, aduz que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". O dispositivo citado consagra o princípio constitucional/processual do (a):
- Processualidade ampla.
 - Duplo grau obrigatório de jurisdição.
 - Juiz natural.
 - Contencioso Administrativo.
 - Jurisdição una.
- 49) À luz das afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:
- O processo judicial será suspenso pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
 - O processo judicial poderá ser suspenso por convenção das partes, sendo que o prazo nunca poderá exceder a 8 (oito) meses, findo o qual os autos deverão ser conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.
 - Será cancelada a distribuição do processo quando, intimado, o interessado não prepará-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
 - A nulidade dos atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, mesmo aquelas que o magistrado possa decretar de ofício.
- Somente a afirmativa IV está correta.
 - Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - Todas as afirmativas estão corretas.
 - As afirmativas I, II e IV estão corretas.
 - Todas as afirmativas estão erradas.

50) À luz das afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I) A jurisdição é atividade pela qual o Estado, com eficácia vinculativa plena, elimina a lide, declarando e/ou realizando o direito em concreto.
 - II) A jurisdição voluntária é atividade de índole administrativa confiada aos órgãos públicos, para administração de interesses privados.
 - III) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores. Os Municípios, no entanto, serão representados em juízo, ativa ou passivamente, por seus procuradores ou por seu Prefeito.
 - IV) Salvo disposição em contrário, os prazos para as partes, para a Fazenda Pública e para o Ministério Público contar-se-ão da intimação. No entanto, caso a intimação para a prática de um ato processual seja feita em dia que não haja expediente forense, considerar-se-á como realizada no primeiro dia útil subsequente.
- a) Somente a afirmação IV está errada.
 - b) Todas as afirmações estão corretas.
 - c) Todas as afirmações estão erradas.
 - d) As afirmações I e IV estão erradas.
 - e) Somente a afirmação II está correta.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

AVISO

11º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do Exame de Seleção realizado em 03.04.2004:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO CIVIL	TEORIA GERAL DO PROCESSO
1. D	21. B	41. C
2. A	22. C	42. E
3. A	23. B	43. D
4. D	24. D	44. C
5. C	25. D	45. E
6. E	26. B	46. D
7. D	27. B	47. A
8. C	28. A	48. E
9. E	29. C	49. B
10. B	30. E	50. B
11. C	31. C	
12. D	32. E	
13. D	33. A	
14. C	34. A	
15. C	35. E	
16. A	36. B	
17. A	37. B	
18. B	38. D	
19. B	39. D	
20. D	40. B	

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I.